

# PERSPECTIVAS<sup>1</sup>

Carlos de Meira Mattos

A epopeia do homem brasílico que apresentamos nas páginas precedentes não nos desobriga de procurar traçar suas perspectivas para o período final deste século.

Inúmeras são as opiniões de cientistas políticos de renome internacional que colocam o Brasil entre as prováveis potências do mundo, apesar de nosso trópico e de nossa mestiçagem.

Vejamos qual o conceito de potência hoje aceito nos meios políticos e acadêmicos.

O conceito de potência exposto pelos mais destacados autores contemporâneos realça os atributos de dimensão geográfica, população, posse de imensos recursos naturais, capacidade industrial, tecnológica e científica e coesão interna, como inerentes à projeção do poder.

Essa projeção do poder, ou extrapolação do poder, segundo conceito de Toynbee (1923), que caracteriza a potência, pode irradiar-se em dimensão mundial as superpotências de 1ª classe de Steven Spiegel), em dimensão continental (as superpotências de 2ª classe do mesmo autor) ou em âmbito regional (potências médias).

Há a classificação mais simples de Morgenthau (1949): superpotências e potências médias.

Qualquer dos dois critérios destaca apenas duas superpotências no mundo atual – Estados Unidos e União Soviética – e coloca o Brasil entre as nações aspirantes a superpotências. Com o Brasil, nessa condição, figuram a China, Japão, Índia, Canadá, México, Argentina, África do Sul, Austrália e a comunidade da Europa Ocidental (esta, se conseguir sua integração).

As avaliações sobre as possibilidades reais desses aspirantes variam, mas os especialistas internacionais apontam sempre a viabilidade bra-

---

1 Este artigo foi publicado inicialmente em: MATTOS, Carlos Meira. Geopolítica e trópicos. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984. A ausência de algumas referências ou a presença incompleta tributa-se ao texto matriz, o qual não se deve alterar

sileira. Recordando os autores estrangeiros que se pronunciaram sobre a matéria nos últimos 30 anos, destacamos os seguintes juízos que remontam ao final da década de 50:

Um terceiro contendor é o Brasil (os dois outros são a China e a Índia). Com uma superfície que seria igual aos Estados Unidos se estes tivessem dois Texas, uma população atual de 60 milhões e um aumento anual de 1,5 milhão, uma capacidade de organização não desprezível e recursos naturais que têm sido comparáveis aos dos Estados Unidos, o Brasil deverá encerrar o século XX com uma população de uns 125 milhões de habitantes, um potencial econômico comparável ao dos Estados Unidos de hoje e uma posição predominante no mundo latino, europeu e americano. (BERLE, 1958, [s. p.]).

As potências mundiais, no momento internacional, são apenas duas: os Estados Unidos e a União Soviética. Se mantiver o ritmo vertiginoso de sua ascensão econômica, que ficará ainda por muito tempo dependente do império soviético, a China dentro de um tempo previsível poderá atingir este status. Há ainda três nações que podem aspirar à condição de potência mundial, com fundadas esperanças: a Europa Ocidental, se progredir no sentido da integração total do Velho Continente, a China e o Brasil. (MENDE, 1958, [s. p.]).

Tenho duas constatações a fazer, após esta longa viagem: primeiro, por toda parte encontrei a presença da França, o que vai muito além de tudo que podia esperar; segundo, que o que se passa no Brasil é de importância imensa; o Brasil está em vias de tornar-se um dos países onde o futuro do Mundo será jogado antes do fim do século. (MALRAUX<sup>2</sup>, 1959, [s. p.]).

Na atualidade, após o surto desenvolvimentista que impulsiona o País, apesar dos últimos anos de dificuldades, generalizou-se a preocupação com a posição do Brasil na cúpula do cenário mundial, em futuro próximo, manifestada constantemente na imprensa mundial e na intensa produção de livros de estudiosos da política internacional e da geopolítica. Surgiu até, nas universidades norte-americanas, uma

---

2 Palavras proferidas em 1959 por André Malraux, então Ministro da Educação e Cultura da França.

categoria de estudiosos tão apaixonados pelas peculiaridades desconcertantes do nosso gigantismo geográfico e de nosso vertiginoso desenvolvimento, que passaram a ser conhecidos por *brazilianists*, entre os quais salientamos os professores Ronald Schneider, da Queen's University de Nova York; Charles Wagley, da Universidade de Columbia; Lewis Tambs, do Instituto Pan-americano de Geografia e História; Alfred Stepan, da Universidade de Yale; Norman Bailey, da Queen's University de Nova York; Zbigniew Brzezinski, da Universidade de Columbia, e, por último, Martin Kazman.

Não querendo nos estender demasiadamente sobre o pensamento desses professores sobre as forças de nossa potencialidade, destacamos apenas quatro juízos: de Brzezinski, considerado o mais renomado especialista em comunismo da Universidade de Columbia, de Ronald Schneider (1977), talvez dos mais antigos do grupo dos que acreditam nas nossas possibilidades, de Lewis Tambs (1978) e, por fim, do Prof. Herman Kahn (1982).

O Brasil, obviamente, vai se tornar uma importante potência; aliás, em certo sentido, já o é. Dessa maneira terá que pensar sistematicamente sobre que tipo de novo sistema internacional deseja ajudar a criar. Por outro lado, isso impõe a necessidade de conhecer mais pormenores e fazer análises mais realistas sobre os problemas internacionais e suas possíveis soluções. Com o poder vem a responsabilidade, e essa não pode ser enfrentada assumindo-se posições essencialmente retóricas.

Acho que seria útil que o Brasil e os Estados Unidos realizassem mais consultas bilaterais sistemáticas sobre problemas globais que causam, atualmente, grande preocupação. Penso que há uma tendência favorável ao surgimento de poderes hegemônicos regionais. Não acredito que isto possa ser cultivado por alguém, mas é inerente à dinâmica de uma determinada região. O nascimento de tais potências talvez venha a ser um efeito estabilizador. Uma ordem mundial baseada na cooperação inter-relacionada de um maior número de potências talvez seja preferível à bipolaridade confrontacionista dos últimos anos. (BRZEZINSKI<sup>3</sup>, 1974.).

---

3 Entrevista concedida pelo Professor Brzezinski na Universidade de Columbia em 1974.

“País de dimensão continental, possuidor de recursos imensos, confrontando-se’ com Estados mais fracos exceto ao sul, com uma fronteira protegida por territórios vazios, uma população que excede 100 milhões de habitantes e em rápido crescimento sem que venha criar uma superpopulação, o Brasil, desde 1964, vem não somente crescendo economicamente de maneira excepcional, como tem mantido um alto grau de estabilidade política e social. Nos últimos anos vem seguindo sistematicamente uma estratégia mundial e regional de aumento de poder, influência e prestígio. Além disso, tem tirado vantagem de sua posição geográfica e econômica para se engajar num programa multifacetado, operando simultaneamente em três frentes: no hemisfério sul do planeta, onde se alça claramente como o mais importante poder, deixando muito atrás seus três rivais (Argentina, Austrália, África do Sul), no Terceiro Mundo e na América do Sul. (SCHNEIDER, 1977, [s. p.]).

A presente disputa visando ao domínio das imensas extensões banhadas pela bacia amazônica é, do ponto de vista geopolítico, a continuação da luta histórica de superação dessa mesma área por Portugal e Castela, pela hegemonia na América do Sul. Os brasileiros vêm provando a sua notável capacidade na superação dos espaços, e particularmente dos espaços amazônicos, através de seus métodos de domínio da natureza hostil. Os peruanos, depois de cerca de quatro séculos, alternando esforço e negligência, agora, afinal, resolveram também interessar-se pelas áreas a leste dos Andes. Os brasileiros contam já com uma rede rodoviária que foi projetada para apoiar ou mesmo substituir o sistema fluvial. A certeza de quem sairá vitorioso dessa luta contra um território hostil despertando as energias adormecidas através da colonização e do povoamento, ainda não está completamente clara, mas recordando-se que os geopolíticos enfatizam o herói, e que este homem e não as montanhas e rios por si sós são os autores da história, as apostas favorecem os brasileiros. (TAMBS, 1978, [s. p.]).

O Professor Herman Kahn, Diretor do Hudson Institute, famoso desde 1960 por seus estudos das perspectivas mundiais e autor de livros que lhe deram renome universal, como *On Thermonuclear War*, *The Year 2000* e, por último, *The Coming Boom*, tenta agora, no seu derradeiro livro, uma reavaliação da problemática de poder que preponderará nos anos 2000. Para Kahn (1982), as atuais dificuldades econômicas são dores do crescimento do mundo industrializado em transição para uma era pós-industrial.

Em entrevista concedida à Revista Veja (22 de setembro de 1982), diante da pergunta sobre quais seriam as superpotências do próximo século, assim respondeu o Herman Kahn:

Calculo que no ano 2000 os Estados Unidos deverão ter um PNB de 4,5 trilhões de dólares (hoje 2 trilhões), Japão 3,5 trilhões (hoje 700 bilhões), a China talvez 2,5 trilhões (hoje 400 bilhões), a Alemanha e França 1,5 trilhão cada (hoje 500 e 400 bilhões, respectivamente), o Brasil, se tiver um desempenho razoável, 1 trilhão (hoje 140 bilhões); no ano 2050 deverá haver sete superpotências. (KAHN, 1982, [s. p.]).

Como se vê, Kahn (1982), com seu imenso e mundialmente renomeado instituto de pesquisas, situado a 65 km de Washington, em que pesem nossas características de região tropical e de povo mestiço, não tem dificuldades em reconhecer-nos um lugar possível entre as sete superpotências do ano 2000.

Mas, voltemos aos atributos de potência. A tabela comparativa permite uma avaliação entre as nações que, como o Brasil, têm condições geopolíticas de aspirar, no futuro, à condição de potência. A chamada potência média, não há dúvida, é o degrau para a superpotência. A tabela apresentada mostra-nos, indubitavelmente, que essa condição de potência média nós já atingimos.

A tabela de Dados e Projeção na qual apreciamos dois dos atributos de potência – dimensão geográfica e população – permite-nos algumas conclusões iniciais. Entre os nossos êmulos, como aspirantes a potência,

têm possibilidades, segundo os principais analistas internacionais a que já nos referimos, China, Japão, Índia e Europa Ocidental, esta considerada como um todo.

A China, com um território de 9,59 milhões de km<sup>2</sup> deverá chegar ao ano 2000 com 1,2 bilhão de habitantes. O Japão dispõe de uma base geográfica insuficiente – 39.662 km<sup>2</sup> – e não terá como conter nesses escassos limites geográficos os 132 milhões de pessoas. A Índia, com 3.053 milhões de km<sup>2</sup>, deverá, no começo do milênio, ultrapassar a China, com a cifra de 1,6 bilhão de almas. A Europa Ocidental, se conseguir uma integração política e econômica, ideia perseguida desde a Primeira Guerra Mundial, pelos seus mais conscientes estadistas entre os quais destacamos, como um dos pioneiros, Aristides Briand<sup>4</sup>, somará uma base de 2,24 milhões de km<sup>2</sup> povoada por 422 milhões de pessoas.

O Brasil, com 8,5 milhões de km<sup>2</sup> e uma população que deverá alcançar a casa dos 275 milhões, no ano 2000, de acordo com os índices de avaliação utilizados, possuirá uma relação território/população favorável à sua viabilização como potência. Será nossa população um pouco menor do que a que abrigam juntos os 11 países da Europa Ocidental, em território equivalente à quarta parte do nosso. Não se poderá arguir, portanto, por si só, que 275 milhões, para nós, será um superpopulação ou uma saturação. O conceito de superpopulação não é de valor absoluto; depende da capacidade do desempenho do Estado no campo econômico e social, educação, alimentação, habitação, saúde e mão de obra. Segundo Organsky, uma grande população pode ser tanto uma tragédia social como um instrumento de potencialidade. Os estudos mais recentes, de Organsky e Spiegel (s/d), chegam à cifra de 200 milhões de habitantes como o quantum ótimo mínimo para uma grande potência contemporânea. Na projeção que apresentamos baseada em avaliação fundamentada em dados

---

4 Investido no cargo de primeiro-ministro da França por seis vezes, agraciado com o prêmio Nobel da Paz em 1926, pelos Tratados de Locarno. Expulso do Partido Socialista Francês em 1906, passou a fazer parte do governo "burguês". Foi dezessete vezes Ministro de Relações Exteriores de França.

do Departamento de Estudos Econômicos e Sociais da ONU, a taxa de crescimento populacional para o Brasil, no período de 1975/2000, foi prevista em 2,8. Será possível, por interesse nacional e decisão nossa, convirmos sobre a necessidade de diminuir esta taxa. Mas somente o nosso governo e a nenhum outro organismo nacional ou internacional cabe nos querer impor uma taxa “ideal”. É um ato de soberania planejarmos a ocupação e potencialização de nosso imenso território. Como vemos, o teto considerado ótimo – 200 milhões de habitantes – está abaixo da projeção da ONU (275 milhões). Terá o governo brasileiro, por intermédio de seus órgãos de planejamento, a possibilidade de fazer a sua própria projeção para os próximos 20 anos, considerando os objetivos políticos nacionais.

As demais nações figuradas na tabela comparativa – Canadá, Argentina, México, África do Sul e Austrália – embora possuidoras de base geográfica suficiente, particularmente Canadá e Austrália, não parecem capazes de alcançar níveis populacionais que possam, até o fim do século, agilizar e potencializar seus territórios.

**Tabela 1** – População por continente – 1980  
(por milhões de habitantes)

Ásia	2558
Europa	484
Américas	615
África	469
URSS	267
Oceania	23
População Mundial	4 415

Fonte: HAMMOND, 1982.

**Tabela 2 - Dados sobre superfície e projeção das populações para o ano 2000<sup>5</sup>**

País	Extensão km <sup>2</sup>	População			
		1975 (1 000h)	Taxa de crescimento (1%)	2000	
				População	Dens. Demog.
China	9 597 000	841 462	1.7	1 200 841	126
Japão	369 662	109 948	1.1	132 055	358
Europa Ocidental	2 248 616	318 950	0.7	422 595	188
Brasil	8 511 965	107 262	2.8	275 665	33
Índia	3 053 597	632 533	2.6	1 622 447	532
Canadá	9 221 001	23 284	1.7	59 947	7
Argentina	2 808 602	26 062	1.4	66 057	24
México	1 972 546	60 237	3.4	155 712	79
África do Sul	1 221 042	22 792	2.5	58 405	48
Austrália	7 686 900	16 982	2.0	42 540	6

Fonte: Dados do Departamento de Estudos Econômicos da ONU

**Tabela 3 - Europa Ocidental por nação e integrada**

Inglaterra	230 609	57 653	0.6	72 152	313
França	551 601	53 138	0.8	66 528	121
Alemanha Ocidental	248 593	59 912	0.4	61 654	249
Itália	301 195	55 733	0.8	70 222	234
Espanha	504 879	34 817	0.9	43 912	87
Portugal	91 631	9 916	0.7	12 481	137
Holanda	33 540	13 696	1.1	20 971	626
Bélgica	30 513	9 904	0.5	12 503	410
Áustria	83 849	7 589	0.4	9 990	120
Grécia	130 918	9 202	0.7	12 307	95
Suíça	41 288	7 390	1.2	10 337	396
Europa Ocidental	2 248 616	318 950	0.7	422 595	177

Fonte: O Autor.

<sup>5</sup> A avaliação sobre a população brasileira está desatualizada. O IBGE calcula 210 milhões para o ano 2000.



À luz dessas tabelas Dados e Projeções, destacam-se, portanto, como aspirantes mais viáveis a potência, a China, o Brasil, a Índia e a Europa Ocidental. Para colocarmos o Japão nesse rol, em consideração à opinião de abalizados autores estrangeiros, teríamos que minimizar o fator dimensão geográfica, acreditando que sua excepcional capacidade industrial, tecnológica e científica permita-lhe superar essa condicionante de limitação de superfície. Não antevemos, realmente, uma solução fácil para tão grave saturação demográfica.

Mas somente esses dois atributos, considerados essenciais, não fazem uma potência, se a eles não se somarem: posse de imensos recursos naturais, capacidade industrial, tecnológica e científica, e, finalmente, coesão interna.

Proseguindo-se a análise dessas cinco nações aspirantes – China, Brasil, Índia, Europa Ocidental integrada e Japão – sob os aspectos acima, chegamos a algumas conclusões.

Do ponto de vista da posse de imensos recursos naturais, China e Brasil ficam na dianteira. Não há dúvida que suas dimensões continentais, seu posicionamento em face de grandes oceanos, abrem-lhes potencialidades agrícolas e minerais incalculáveis, no interior e na plataforma marítima. Na Europa Ocidental, com suporte geográfico muito menor, esses recursos já estão intensivamente explorados a ponto de próxima saturação.

A base geográfica indiana, embora bem dimensionada e bem posicionada, é três vezes menor do que a chinesa e cerca de duas vezes e meia menor que a brasileira.

Quanto à capacidade industrial, tecnológica e científica, não há dúvida de que se trata de uma análise difícil de ser feita, pois, das cinco nações consideradas, três delas estão, embora com características próprias, em fase de plena revolução desenvolvimentista – China, Brasil e Índia: enquanto o Japão e Europa Ocidental integrada podem ser computados como países que já atingiram o mais alto nível de tecnologia industrial moderna. A perspectiva dos próximos 25 anos vai depender muito da capacidade da China, do Brasil e da Índia manterem os seus

programas de desenvolvimento em ritmo acelerado e corretamente orientados: dos três, entretanto, China e Brasil são os que têm conseguido manter melhor continuidade e ritmo acelerado nos seus programas, por caminhos inteiramente opostos, pois, enquanto a China segue o rumo do desenvolvimento socialista numa sociedade fechada, o Brasil se orienta pelo desenvolvimento capitalista sob controle e no âmbito de uma sociedade democrática aberta. A Índia luta para suplantar as limitações de crenças místico-religiosas de uma sociedade estática, compartimentada em castas vinculadas a superstições milenares, que reduzem a agilização do país para o desempenho exigido por uma sociedade tecnológica. Não venceu, ainda, a Índia, a perplexidade do seu primeiro encontro com a civilização ocidental que se deu por ocasião da chegada de Vasco da Gama a Callicute (1498). Os ingleses governaram a Índia mantendo as características da sociedade estática e contemplativa dos brâmanes. Mahatma Gandhi, o maior líder nacionalista dos últimos anos da dominação britânica e primeiros anos da independência, foi vencido pelo fantasma da fome a prometer o fim maltusiano a uma superpopulação que procriava além dos limites de sua subsistência. E o problema da fome, nesses 30 anos de vida independente, continua a ser o espectro trágico da sociedade indiana. Contra sua solução se opõe, ainda, a existência de uma mentalidade contemplativa, estática, em grandes camadas de população. Os esforços de uma *intelligentsia* ocidentalizada, disposta a romper os diques da estagnação, têm produzido algum progresso em setores determinados como nos da energia, irrigação, transportes e da comercialização, mas carregando ainda o contrapeso de uma mentalidade fatídica que domina principalmente o numeroso campesinato agrícola.

Fica nos faltando completar esta análise sob o aspecto da coesão interna. Por coesão interna, entendemos os laços de solidariedade comunitária dinamizados em termos de lealdade suprema à nação. Dizemos lealdade suprema à nação porque o homem, em todas as épocas históricas, recebeu o apelo às lealdades – a Deus, ao rei, à classe social ou profissional, à ideologia. Mas tem sido a lealdade à nação a força polarizadora das realizações mais grandiosas e dos sacrifícios mais heróicos das comunidades humanas.

Essa lealdade à nação criou as grandes civilizações – egípcia, grega, romana e ocidental – e foi a alavanca do progresso da humanidade. O nacionalismo moderno condensa-se e cristaliza-se na sobrevivência da nação como grupo superiormente integrado, em prosperidade e crescente bem-estar.

Sob o ângulo da coesão interna, a China representa uma experiência milenar de amalgamação e integração de grupos étnicos diferentes. Tomou a forma de império por volta do ano 221 antes de Cristo, através das dinastias sucessivas de Tsin e Han. Atravessou, em mais de dois mil anos, todas as vicissitudes geradas por antagonismos dinásticos, rivalidades raciais e conflitos religiosos, sem perder o tônus agregador de um sentimento comum chinês. É Estado integrado e coeso como uma alma coletiva leal aos superiores interesses da nação.

O Brasil, muito mais jovem, já se integrou numa alma nacional. A ninguém é lícito, de boa fé, duvidar da existência de um espírito nacional alerta e sensível aos superiores interesses e aspirações da nação brasileira. Temos unidade de língua, de crença religiosa e de aceitação de nosso amálgama racial – enfim extraordinária unidade espiritual.

O Japão oferece outro exemplo de coesão interna indiscutível. Há um espírito nacional que, como o chinês, vem suplantando o desafio de mais de vinte e cinco séculos, quando a primeira dinastia Jimmu se implantou na ilha de Honshu, próxima à atual Cidade de Osaka, e começou a aglutinar os povos do arquipélago em torno de uma ideia de coesão e orgulho nacional.

Quanto à Índia, vem padecendo de movimentos separatistas desde sua independência. Assistiu-se, nos últimos 30 anos, às lutas separatistas do Paquistão e de Bangladesh, desagregadoras da grande nação indiana. Outros fermentos separatistas, fundados em antagonismos religiosos, ainda persistem. É uma nação que ainda luta para alcançar a sua unidade nacional.

A Europa Ocidental, composta das 11 nações consideradas no quadro apresentado, não pode ser apreciada sob o mesmo ângulo de coesão Interna. Desse conjunto multinacional composto de unidades tradicionais, pode-se esperar um comportamento conscientemente integrado, nos campos político, econômico e militar. Não seria lealdade

à nação, mas consciência da necessidade de integração para sobreviver entre as grandes potências. Trata-se, não há dúvida, mais de compor uma confederação internacional ou um núcleo de poder supranacional sólido, pois não será possível erradicar nacionalidades históricas, algumas milenares, a favor de um novo Estado-Nação. As dificuldades que se antepõem a um empreendimento dessa natureza estão à vista, constantemente face às crises conhecidas e incubadas nos organismos predecessores dessa ideia – Tratado do Atlântico Norte (OTAN), Comunidade Europeia de Livre Comércio (Mercado Comum), Comunidade Europeia para o Carvão e Aço e Comunidade Europeia para a Energia Atômica (Euratom). Mas há progressos e muitas esperanças de que a crescente necessidade de sobrevivência num mundo de poderosos crie uma consciência coletiva capaz de integrar essa desejada confederação da Europa Ocidental.

Em síntese, a análise comparativa entre a China, Brasil, Índia, Europa Ocidental integrada e Japão, que nos abalancamos a fazer, coloca a China e o Brasil entre os primeiros aspirantes à grande potência. Os fatores território, população, recursos naturais, indústria, tecnologia e ciência, e coesão interna melhor se harmonizam e se completam, oferecendo maiores perspectivas para o futuro, nos dois países considerados. Os outros três carregam fatores desfavoráveis, em essência: Índia, o fraco índice de desenvolvimento e os ainda frouxos laços de coesão; Europa Ocidental, difícil integração em termos de estruturas e atitudes de poder supranacional; Japão, sua limitada base territorial e conseqüente crítica de dependência de recursos naturais.

Um segundo patamar de possibilidades aponta a Argentina, Canadá, México, África do Sul e Austrália, como países que poderão vir a se concretizar em período mais longo, talvez nos próximos 50 anos, dependendo também de seu comportamento nos campos político, econômico e social. Desse grupo, vemos a Argentina e o Canadá com melhores perspectivas geopolíticas.

As possibilidades do Brasil, acima destacadas, irão depender muito de nossa capacidade de atuação política, econômica e social. Do ponto

de vista militar, como enfrentaremos, inelutavelmente, uma competição internacional, teremos que dimensionar uma força capaz de garantir a tranquilidade de nosso desenvolvimento.

Mais recentemente, preocupado com o mesmo assunto de mensurar o poder e consciente de que no seu contexto se incluem valores abstratos, mas efetivos, como a estratégia e a vontade, o professor Ray S. Cline, Diretor do Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais da Universidade de Georgetown (Washington), publicou dois livros em que desenvolve o seu método de avaliação.

À custa dos esforços realizados nos últimos 18 anos, os dirigentes brasileiros conseguiram do mundo inteiro o reconhecimento para o país do status de potência emergente. Não há como negar a evidência fria dos números e a eloquência silenciosa de um mercado sedutor. Saímos de um produto interno bruto de 35 bilhões de dólares, em 1963, para 202 bilhões de dólares, em 1981; de um per capita de 360 dólares, para o atual, de 1.655 dólares, suportando o ônus de um aumento de população de cerca de 50 milhões de habitantes. Chegamos este ano, mercê de nossa capacidade econômica, à posição de 8º mercado do mundo ocidental. O Brasil foi um dos países que mais rápido crescimento teve no pós-guerra. De 1946 a 1980 a expansão do produto interno bruto pode ser estimada em oito vezes, o que significa uma taxa de crescimento médio anual de 6,8% ao ano. Infelizmente as consequências da crise econômica mundial vêm produzindo, desde 1974, uma queda nessa taxa, agravada nos últimos anos.

Mas, o mérito dos resultados alcançados nos obriga a pensar seriamente no que não foi realizado e no que falta por fazer. Perduram contrastes, distorções e desequilíbrios regionais graves. Persistem desafios à economia fraca e vulnerável do nordeste semiárido, ao desenvolvimento do ainda vazio trópico úmido da Amazônia; permanecem bolsões de pobreza em áreas decadentes do centro-sul e particularmente nos arredores dos grandes centros urbanos.

No campo da educação, aos progressos quantitativos não corresponderam os desejados avanços qualitativos; a Saúde e a Previdência Social carecem de estrutura técnica e capacidade gerencial. Nas áreas

metropolitanas, nas megalópoles que estão se formando em São Paulo e Rio de Janeiro, há extrema falta de serviços básicos, de assistência social adequada. A distribuição da renda ainda não satisfaz às exigências de uma sociedade moderadamente desenvolvida. Nos últimos anos, temos sofrido gravemente o impacto da crise econômica mundial que entre nós se reflete em diminuição do crescimento econômico, aumento do endividamento, agravamento da inflação e desemprego.

Aí, estão, resumidamente, os problemas, os desafios, que teremos que enfrentar neste final de milênio.

Pretendemos chegar ao umbral do ano 2000 desfrutando de uma posição de destaque entre as sociedades democráticas mais desenvolvidas do mundo. Nossa meta é persistir no ritmo de desenvolvimento que vem sendo alcançado, de sorte a criar uma sociedade moderna, progressista e humana; uma sociedade em que o homem alcance sua plena realização, possa atingir todas as dimensões de suas necessidades e aspirações. Para isto, teremos que vencer as dificuldades apontadas e retornar o ritmo de nosso desenvolvimento econômico e social.

Proseguimos no afã incansável de modernizar a sociedade brasileira, completando a obra de renovar o sistema de ensino, os processos de produção e os meios de serviços, buscando essa modernização nos seus aspectos político, econômico, social, educacional e cultural.

No *aspecto político*, procurando aumentar as nuvens de participação, de organização e de exercício de cidadania, por meio do progresso social e educacional; no *aspecto econômico*, lutando pelo crescimento constante do produto interno bruto e do *per capita*, por uma melhor distribuição de renda e pelo emprego de uma tecnologia cada vez mais avançada; no *aspecto social* intentando estabelecer padrões de organização geral e social que correspondam à expansão dos benefícios da urbanização a todas as áreas, a uma mudança de valores das profissões, resultante do aumento de especialização e oportunidades de distribuição e ao combate tenaz e incansável ao desemprego; na *educação*, ampliando as oportunidades de ensino a todos os brasileiros, de todas as partes do território, melhorando sua qualidade, incrementando a pesquisa, adequando o sistema às

necessidades políticas, econômicas e sociais do País, disseminando conhecimentos teóricos e técnicos de sorte a difundir a todos os setores de atividade a crença na racionalidade; *no aspecto cultural*, estimulando o espírito nacional no cultivo das ciências e das artes, no estudo e na fé nos valores essenciais de nossa história e de nossa civilização de raízes cristãs e democráticas.

Construir uma sociedade desenvolvida, de 200 a 210 milhões de habitantes, ocupando um território de 8,5 milhões de km<sup>2</sup> com o acréscimo de, aproximadamente, 3 milhões de km<sup>2</sup> de águas patrimoniais – parâmetros com que devemos alcançar o ano 2000 – considerando, ainda, o dinamismo dos avanços da tecnologia e da ciência nestes últimos 18 anos do século exige tremendo esforço e heróica tenacidade.

O Brasil, do ano 2000, que nós imaginamos, deverá, igualmente, já ter corrigido a distorção geopolítica de possuir imensa massa continental vazia e quase desconhecida. A vertebração de nosso território por linhas interiores, despertando os estímulos da continentalidade é uma das maiores tarefas a realizar. Incorporará às fronteiras econômicas do país extensas porções geográficas do Norte, do Oeste, da Amazônia e do sertão mato-grossense e goiano. Transformará potencial territorial em poder, como fizeram os Estados Unidos com seus territórios interiores, há 100 anos passados. Tal façanha hercúlea de interiorização terá que ser realizada em cooperação com nossos vizinhos fronteiriços, num esforço conjunto para despertar a continentalidade de toda a América do Sul. Benefícios muito maiores para todos advirão, quando virmos as nossas fronteiras transformadas em áreas de progresso econômico e social.

No tocante à política marítima, igualmente, devemos chegar ao início do século XXI com uma tecnologia adiantada, no que se refere aos processos para a exploração das riquezas das águas e do fundo do mar; com uma indústria naval respeitada no mundo; com nossos portos bem aparelhados e modernizados; com uma força naval capaz de garantir o uso de nossas rotas de comunicação e de comércio no Atlântico Sul, dentro de um sistema de alianças com nossos vizinhos do continente e com algumas nações africanas da vertente atlântica.

Seguindo o pensamento de Rio Branco, preferimos a política de “fraternal intercâmbio” à outra, de “esplêndido isolamento”, que talvez nos levasse mais depressa aos resultados de desenvolvimento perseguidos.

Sem querermos invadir o terreno movediço da futurologia, tentaremos, no domínio da prospectiva científica, levantar alguns dados que nos permitam avaliar qual a dimensão desse esforço de transformação.

A maioria dos autores situa os atuais países desenvolvidos na faixa daqueles cuja renda per capita encontra-se acima de 1.500 dólares. Dividem os países desenvolvidos em três classes: mais desenvolvidos, os que possuem um per capita acima de 4.500 dólares, como os Estados Unidos, Canadá, Austrália, Alemanha Ocidental, França etc.; desenvolvidos, os de per capita entre 3.000 a 4.500 dólares, como Japão, Inglaterra e outros menos desenvolvidos, os de per capita entre 1.500 a 3.000 dólares, que é o caso da Itália, Espanha, Venezuela e do Brasil. Excluímos dos exemplos citados os países árabes produtores de petróleo, em virtude de situação eminentemente conjuntural que estão vivendo, em que o *per capita* não representa referência válida.

Além do *per capita*, há outros indicadores dos padrões de desenvolvimento, entre os quais se destacam: educação, cultura, urbanização, consumo energético, padrões tecnológico de automação e de cibernética nas atividades da sociedade. Nesses aspectos, também, a título comparativo, levantamos alguns dados sobre as sociedades mais desenvolvidas da atualidade.

A fim de termos uma ordem de grandeza para o esforço desenvolvimentista que devemos realizar neste último quartel do século, usaremos como artifício a comparação do Brasil do ano 2000 com os Estados Unidos atuais. O parâmetro não é de todo mau, pois nossas dimensões geográficas se equivalem; nossa população no limiar do próximo milênio se assemelhará à atual norte-americana, e ambos os países oferecem traços de grandeza que se aproximam.

A tabela que se segue, tomando por referência dados estatísticos, de 1976, destaca alguns aspectos impressionantes, em termos aproximados, da dimensão dos esforços que desafiarão nossa administração, nos próximos



18 anos. Não pudemos obter dados estatísticos mais recentes. Em termos de comparação do esforço a realizar esses números são válidos.

Os dados que nela apontamos são apenas alguns indicadores. Veja-se o vulto do esforço a ser realizado no setor da educação. Observa-se que, em número de matrículas, o fator multiplicador é relativamente pequeno – 2,4 –, entretanto, no referente às despesas com educação, para nos nivelarmos, em termos de qualidade, com o ensino norte-americano, teremos que depender 45 vezes mais.

**Tabela 4** – Tabela Comparativa entre Brasil e Estados Unidos referente às despesas com educação

SETOR	Estados Unidos (1976)	Brasil (1976)	Fator Multiplicador para aproximar o Brasil dos Estados Unidos (1976)
<b>EDUCAÇÃO</b>			
-nº de matrículas (em todos os níveis)	60 milhões	25 milhões	X 2,4
-despesas públicas com educação (federal, estadual e municipal)	US\$ 90 bilhões	US\$ 2 bilhões	X 45
<b>ENERGIA</b>			
-energia elétrica (produção)	1.700 milhões kW	70 milhões kW	X 24
-energia nuclear (relação n usinas produção)	60/58 milhões kW	uma	X 60/58
<b>DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO</b> (relação urbana e rural)	3/1	1/1	X 3
<b>SEGURANÇA NACIONAL</b> (efetivos e militares)	2.100.000	260.000	X 8
<b>CIBERNETIZAÇÃO</b> (nº de computadores)	70.000	1.500	X 47

Fonte: sem referência

Já no que tange à energia, o *push* a realizar será colossal; a sociedade norte-americana de hoje consome 24 vezes mais energia elétrica do que a nossa. Será impossível chegarmos aos índices ianques. Isto nos põe face à grave perspectiva da séria crise de energia elétrica no final do século. Para elevar nossa potência geradora a 200.000 kw – muito aquém dos 1,7 bilhão de kw norte-americano teremos que enfrentar o problema de haver excedido a capacidade do potencial hídrico avaliável em todo o país. O aumento da produção da energia elétrica nos conduz, principalmente, a essas fontes motrizes: o petróleo, a nuclear e a biomassa. Nossa carência de petróleo nos impede de projetar um grande desenvolvimento das termoelétricas. O caminho indicado é o da energia nuclear; dispomos de urânio e tório e, nestes 18 anos, vamos tratar de adquirir a tecnologia correspondente. E muito podemos esperar da exploração da energia da biomassa.

Este impulso sem precedentes a realizar não permite que dispensemos a produção da energia nuclear e o desenvolvimento intenso da tecnologia do átomo no país; em primeiro lugar, porque, a exemplo dos países mais adiantados, teremos que utilizar todos os recursos energéticos disponíveis a fim de atingirmos tão elevada potência; segundo, porque não devemos abdicar do conhecimento do ciclo completo da produção de energia nuclear, ponte indispensável para a exploração de novas técnicas energéticas que surgirão no futuro. As perspectivas do petróleo e da biomassa brasileiros permitem-nos esperar que, pelo menos, chegaremos ao fim do século autossuficientes em combustíveis líquidos.

Os modelos de modernização da sociedade oferecem como referência de processo econômico e social o aumento progressivo na urbanização das populações. A proporção 1/4 como referência entre a população urbana e rural é considerada índice de atraso, de subdesenvolvimento; a razão 1/2 é de menos atraso; o empate 1/1, a que chegamos, já indica bom impulso desenvolvimentista; daí em diante, 2/1 e 3/1 são índices de muito desenvolvimento no mundo de hoje. Por urbanização, não devemos entender apenas grandes concentrações humanas, cidades megalópoles, mas a expansão de padrões de bem-estar urbano, como seja a ampla utilização dos serviços de saneamento, água, eletricidade e meios domésticos

de telecomunicações pela maior parte da população.

O grau de cibernização indica, atualmente, o padrão tecnológico da sociedade. As atividades dos grandes complexos empresariais ou educacionais estão relacionadas, hoje, com os computadores, cujas memórias realizam cálculos 1 milhão de vezes mais rápidos e com a margem de erro mil vezes menor que os cérebros humanos. Os números (70.000 sistemas nos Estados Unidos e 1.500 no Brasil) revelam o profundo *gap*, em termos de avanço tecnológico, entre os dois países. Estamos nos primeiros passos para criar a nossa indústria de informática.

No que se refere à segurança, mormente no que tange à segurança externa, seremos obrigados a realizar um gradual esforço neste último quartel de século. Não podemos esquecer que nossa inevitável expansão econômica e nossa firme determinação em não nos deixar dominar por ideologias totalitárias irão exigir de nós fatalmente, um maior esforço de segurança. Os Estados Unidos, em fase de relações pacíficas com todo o mundo, não puderam reduzir seus efetivos a menos de 2 milhões de homens em uniforme. Devemos chegar ao fim do século com um dispositivo de segurança militar capaz de garantir a nossa utilização das rotas marítimas e aéreas no Atlântico Sul e dispor de uma força estratégica dissuasiva de alta mobilidade. Em nossa futura equação da segurança militar, certamente haverá de prevalecer o pensamento estratégico do presidente Castello Branco, pronunciado por ocasião da aula inaugural da Escola Superior de Guerra, em 1967, quando defendeu, com veemência, o fortalecimento do sistema de segurança continental, como solução para os futuros problemas do hemisfério.

A avaliação que acabamos de fazer é indicadora do impulso mínimo, pois tomamos como parâmetro os Estados Unidos de 1976. Entretanto, os Estados Unidos não vão parar. Mesmo que alcancemos no ano 2000 os índices do desenvolvimento atual dos norte-americanos, o *gap* entre nossos dois países continuará muito grande. Isso, entretanto, não deve ser razão para que nos desencorajemos. O importante é assegurar aos nossos futuros 210 milhões de brasileiros as melhores condições de bem-estar social e econômico.

Estudos recentes do Hudson Institute preveem que os Estados Unidos chegarão aos umbrais do século XXI com o *per capita* de 20.000 dólares, dobrando o atual; o Japão e a Alemanha Ocidental alcançarão entre 12.000 e 14.000 dólares. Nessa ocasião, a população do planeta deverá ser de 6 bilhões, dobrando a atual: a dos Estados Unidos, de 320 milhões, 100 milhões mais do que a do Brasil. Esses dados permitem uma visualização rápida do aumento das diferenças entre os mais desenvolvidos e os menos desenvolvidos no ano 2000. Mas, insistimos, não nos deixemos impressionar pelas diferenças, pelos distanciamentos de status econômico; o essencial será progredir em ritmo permanente, será evitar as paradas, os lapsos de estagnação no processo.

Há uma realidade que não podemos ignorar, em nossa luta pela modernização e crescimento do país. O desenvolvimento de um país grande como o Brasil transborda em poder. Trata-se de fenômeno inevitável, involuntário mesmo, em alguns casos. Aconteceu com os Estados Unidos, em que pesassem as correntes internas existentes, contrárias ao desempenho das responsabilidades desse poder. Anteriormente, já havia acontecido com a França e a Inglaterra, nos tempos de liberalismo político.

Nosso desenvolvimento redundará, portanto, no ônus de responsabilidades maiores, no campo da segurança externa. Seremos uma potência mundial se atingirmos as metas de nosso desenvolvimento para o ano 2000, e isso independe de nossa vocação ou gosto para o poder. Teremos, portanto, de estar preparados, também, para exercer esse poder, protegendo os nossos interesses, cujas dimensões em termos econômicos e geoestratégicos adquirirão amplitude mundial.

Nossa estratégia de formulação da política nacional, apoiada no binômio Desenvolvimento e Segurança, adquirirá, inevitavelmente, extensões muito maiores que a atual; e o suporte de um Desenvolvimento em escala mundial pedirá uma Segurança também em escala mundial.

Pudemos, até hoje, inclinar, ponderavelmente, a balança do binômio Desenvolvimento e Segurança para o lado do desenvolvimento. Esta ênfase, pouco a pouco, deverá se modificar, pela própria lógica inerente ao

aumento da soma de nossa responsabilidade na ordem internacional.

A garantia de nossa segurança será mais efetiva se formos capazes de fortalecer alianças continentais e extracontinentais, a fim de juntos defendermos ideais comuns e interesses coincidentes. No quadro dessas alianças, devemos manter uma posição correspondente ao peso de nossa geoestratégia e economia.

A manutenção da paz no continente e no universo deverá constituir-se em meta perseguida pela política exterior do Brasil. A estabilidade e tranquilidade do mundo representará a satisfação de nossa histórica vocação pacifista e o ambiente de segurança indispensável ao progresso social e econômico que almejamos alcançar.

Em conclusão, queremos reafirmar, enfaticamente, que as perspectivas de nossa posição como potência emergente dependem, fundamentalmente, da capacidade da administração brasileira em manter um ritmo razoável de crescimento econômico e em absorver demanda anual de educação e de novos empregos.

## REFERÊNCIAS

BAYLEY, Normam. *Latin America – politics economics and hemispheric security*. New York: Preager Special Studies, 1965.

BERLE JR., Adolf. *Tides of crises*. New York: University Press, 1957.

CLINE, Ray S. (Org.). *State-sponsored terrorism: a report*. Washington, D.C.: Government Printing Office, 1987.

\_\_\_\_\_. *Washington Command Post: the operations division*. Washington D.C.: Center of Military History, U.S. Army, 2003.

KAHN, Herman. *The coming boom*. Washington: Hudson Institute Press, 1982.

MARLAUX, André. *Relatório de viagem à América do sul*, [s.l: s.n.] 1961.

MENDE, Tibor. *Entre la peur e l'espoir*. Paris: [s.n.] 1958.

MORGENTHAU, Hans. *Politics among nations*. New York: Borzoi Books, 1949.

ORGANSKY, Katherine; Kennedy. *Population and world power*. New York: [s.n.] 1961.

SCHNEIDER, Ronald M. *Brazil, foreign policy of a future world power*. Colorado: Westview Press Boulder, 1977.

\_\_\_\_\_. *The political system of Brazil*. England: Columbia University Press, 1971.

SPIEGEL, Steven. *Tese universitária da Universidade de Los Angeles*. [s.l.: s.n.], [20-].

TAMBS, Lewis A. *Geopolitics of the Amazon*. [s.l.: s.n.] 1975.

\_\_\_\_\_. *The Influence of Brazil: A historical and geopolitical survey*. Arizona State University, 1978.

TONYBEE, Arnold. *Study of History*. London: Oxford University Press, 1923. Royal Institute of International Affairs.